

# EDUCAÇÃO DILEMAS CONTEMPORÂNEOS

*Volume VIII*



2021

**Lucas Rodrigues Oliveira**  
Organizador

**EDUCAÇÃO**  
**DILEMAS CONTEMPORÂNEOS**  
**VOLUME VIII**



Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora

**Editor Chefe:** Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

**Editores Executivos:** Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

**Diagramação:** A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

### Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome	Instituição
Prof. Dr. Adayson Wagner Sousa de Vasconcelos	OAB/PB
Profa. Msc. Adriana Flávia Neu	Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois	UO (Cuba)
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior	IF SUDESTE MG
Profa. Msc. Aris Verdecia Peña	Facultad de Medicina (Cuba)
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia	ISCM (Cuba)
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva	UFESSPA
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo	UEA
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu	UNEMAT
Prof. Dr. Carlos Nick	UFV
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia	AJES
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos	UFGD
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva	UEMS
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos	IFPA
Prof. Msc. David Chacon Alvarez	UNICENTRO
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira	IFMT
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira	UFMG
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão	URCA
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves	ISEPAM-FAETEC
Prof. Me. Ernane Rosa Martins	IFG
Prof. Dr. Fábio Steiner	UEMS
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza	UFF
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez	(Colômbia)
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles	UNAM (Peru)
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira	IFRR
Prof. Msc. Javier Revilla Armesto	UCG (México)
Prof. Msc. João Camilo Sevilla	Mun. Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales	UNMSM (Peru)
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski	UFMT
Prof. Msc. Lucas R. Oliveira	Mun. de Chap. do Sul
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela	IFPR
Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez	Tec-NM (México)
Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan	Consultório em Santa Maria
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann	UFJF
Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior	UEG
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos	FAQ
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla	UNAM (Peru)
Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira	SEDUC/PA
Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira	IFPA
Profa. Dra. Patrícia Maurer	UNIPAMPA
Profa. Msc. Queila Pahim da Silva	IFB
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty	UO (Cuba)
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke	UFMS
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva	UFPI
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo	UEMA
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca	UFPI
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira	FURG
Profa. Dra. Yilan Fung Boix	UO (Cuba)
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme	UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> <b>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	Educação [livro eletrônico] : dilemas contemporâneos: volume VIII / Organizador Lucas Rodrigues Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 54p.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-85-7 DOI <a href="https://doi.org/10.46420/9786588319857">https://doi.org/10.46420/9786588319857</a>  1. Educação. 2. Aprendizagem. 3. Gestão escolar. I. Oliveira, Lucas Rodrigues.  CDD 370.1
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	



**Pantanal Editora**

Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

## **APRESENTAÇÃO**

A presente obra, como seu título sugere, objetiva refletir sobre os dilemas da educação brasileira contemporaneamente. Não há dúvidas de que, nesse contexto, há muitos temas para serem enfocados, por isso, os textos aqui agrupados perpassam por distintas temáticas educacionais.

O primeiro capítulo irá abordar os problemas e desafios oriundos da utilização do método científico na perspectiva da produção do conhecimento. Em seguida, o segundo capítulo irá tratar da Língua Portuguesa sendo ensinada como uma segunda língua para as comunidades indígenas.

O terceiro capítulo dessa obra abordará algumas questões acerca do ensino superior brasileiro, propondo discussões sobre os muitos desafios encontrados nesse nível de ensino. Por fim, o quarto capítulo trará uma reflexão sobre a educação inclusiva; assim, serão abordadas a inclusão e a acessibilidade na educação, com o foco nas reflexões de uma experiência de interação interinstitucional no Distrito Federal.

Com a oitava edição da obra “Educação: dilemas contemporâneos”, debatendo e refletindo sobre questões que são muito importantes para a educação de nosso país – que passa por uma situação anormal, devido à pandemia – esperamos contribuir com estudantes e profissionais da área da educação, a fim de que os debates propostos aqui sirvam para a formação de discussões e referenciais sobre a educação.

**Lucas Rodrigues Oliveira**

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	4
<b>Capítulo I</b> .....	6
O método científico na produção do conhecimento: problemas e desafios .....	6
<b>Capítulo II</b> .....	19
A Língua Portuguesa na Perspectiva de Ensino Enquanto Segunda Língua em Comunidades Indígenas.....	19
<b>Capítulo III</b> .....	30
Reflexões sobre os Dilemas da Educação Superior Contemporânea .....	30
<b>Capítulo IV</b> .....	42
Inclusão e acessibilidade na educação: uma experiência de interação interinstitucional no DF.....	42
<b>Índice Remissivo</b> .....	53
<b>Sobre o organizador</b> .....	54

## Inclusão e acessibilidade na educação: uma experiência de interação interinstitucional no DF

Recebido em: 18/07/2021

Aceito em: 22/07/2021

 10.46420/9786588319857cap4

Queila Pahim da Silva<sup>1\*</sup> 

Maria Cristina Mesquita da Silva<sup>2</sup> 

### INTRODUÇÃO

Inúmeros são os desafios e dilemas presentes na educação brasileira. Um deles refere-se à inclusão e acessibilidade às crianças, jovens e adultos com necessidades específicas de escolarização e preparação para o mercado de trabalho.

Considerando a demanda de pessoas com deficiência (pcd) ou com necessidades específicas às escolas e profissionalização e o fortalecimento da educação inclusiva advindo dos movimentos sociais e de normativos legais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, as instituições de ensino têm se preparado para receber e acolher este público.

A rede federal de educação, ciência e tecnologia, por meio dos Institutos Federais de Educação (IFs), tem desenvolvido várias iniciativas em prol à acessibilidade e inclusão de pcdds, como a institucionalização dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs). A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC) também preocupada com esse público e visando oferecer ele uma assistência de qualidade, implantou o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais para as escolas públicas brasileiras.

O projeto de extensão “Celeiro de Projetos IFB” foi desenvolvido no intuito de promover atividades pedagógico-profissionalizantes em prol do envolvimento dos estudantes atendidos em ambos espaços escolares e incentivar a socialização entre estudantes com e sem deficiência, por meio de oficinas de artesanato e tarde de jogos de tabuleiro.

Sob a supervisão de uma das autoras, professora do IFB e coordenadora do NAPNE, campus Brasília, no ano de 2016, o Projeto teve a participação de a) vários discentes do curso técnico subsequente e tecnólogo em Eventos, b) comunidade externa às instituições, c) servidores do campus Brasília, d)

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, campus Brasília.

<sup>2</sup> Analista em C&T na Capes/MEC. Professora da Educação Básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal.

\* Autora correspondente: quepahim@gmail.com

professores responsáveis pela sala de recursos do Centro de Ensino Médio (CEM) 01 do Paranoá e, e) alunos acompanhados nesse espaço. As oficinas e atividades foram desenvolvidas durante os 5 meses de execução do Projeto e foram organizadas pelos discentes bolsistas da proposta, buscando sempre aliar os conteúdos abordados nos componentes curriculares do curso, como sustentabilidade; alimentos e bebidas; decoração, relações interpessoais, ética e planejamento de eventos.

No intuito de apresentar o relato de experiência da execução deste Projeto, iremos apresentar neste capítulo, esta introdução, o referencial teórico abordando alguns dos principais marcos da Educação Inclusiva no Brasil e no mundo e a importância do papel social da escola, bem como a instituição das salas de recursos e NAPNEs; seguido da metodologia; análise dos resultados alcançados, com descrição das atividades desenvolvidas no projeto; considerações finais e por fim, as referências utilizadas.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

No contexto da Educação Inclusiva no Brasil, a partir da década de 1990 são propostos novos modelos com relação ao atendimento às pcds, principalmente com base em acordos internacionais dos quais o Brasil foi signatário, tais como a Declaração de Jomtien, resultante da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que ocorreu na cidade de Jomtien, Tailândia, em 1990; e a Declaração de Salamanca, fruto da Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca, Espanha, no ano de 1994 (UNESCO, 1994).

A Declaração de Jomtien estabelece como o primeiro dos objetivos, a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de toda e qualquer pessoa, prevendo que deve ser garantida a universalização do ensino, a melhoria de sua qualidade e a redução das desigualdades que venham a existir no processo de satisfação de tais necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem, como a leitura a escrita, a expressão oral, o cálculo e a solução de problemas, quanto os conteúdos básicos da aprendizagem, como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes necessários para que seja possível o desenvolvimento pleno das potencialidades, e da capacidade de viver e trabalhar dignamente e melhorar a qualidade de vida (UNESCO, 1990).

Nessa direção, em seu artigo 3º, Inciso 5, a Declaração de Jomtien preconiza que:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (UNESCO, 1990).

Para Tezani (2008), foi a partir do marco da Declaração de Jomtien que o Brasil começou a tratar a educação especial “como parte integrante de uma proposta de educação para todos” comprometendo-se a promover uma transformação em seu sistema educacional, de modo a acolher a todos os estudantes com igualdade de condições. A autora destaca ainda que é a partir do momento em que o país se torna

signatário destas duas importantes declarações (Declaração de Jomtien e Declaração Salamanca) que são instituídas as premissas basilares das leis e demais diretrizes posteriores relativas ao tema no Brasil.

Em 2008, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a educação especial passou a ser compreendida também como inclusiva ao garantir o acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular, orientando o AEE para este público como parte integrante do processo educacional e com função complementar e/ou suplementar à sua formação (BRASIL, 2008).

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial e o AEE, em seu Art. 1º discorre sobre as diretrizes que regem a educação especial no país, estabelecendo a “garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades” como a primeira de tais diretrizes. Identifica-se, igualmente, no referido Decreto, a previsão de apoio técnico e financeiro para as ações necessárias à tal garantia, dentre as quais, o artigo. 5º, § 2º dispõe:

§ 2º O apoio técnico e financeiro de que trata o **caput** contemplará as seguintes ações:

[...]

**II - implantação de salas de recursos multifuncionais;** [...] (BRASIL, 2011). (Grifo Nosso)

Nota-se que tanto a previsão de apoio financeiro à implantação das salas de recursos, quanto a definição técnica destes espaços, como “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (Brasil, 2011 artigo 5º, § 3º) constam do dispositivo legal.

Em cumprimento às determinações de apoio técnico e financeiro à implantação das salas de recursos, ou salas de recursos multifuncionais - SRM, o MEC divulgou que “[...] vem promovendo a implantação das SRM para oferecer apoio ao sistema de ensino regular em todas as suas etapas e modalidades (BRASIL, 2012).

As salas de recursos ocupam um papel de destaque nos debates referentes à educação inclusiva, dadas as suas características diferenciadas e a capacidade de apoiar o aprendizado dos alunos com deficiência ou necessidades específicas, na medida que estão adequadamente equipadas e com profissionais capacitados. Nesse sentido, Moretti e Corrêa (2009) afirmam que na perspectiva inclusiva a sala de recursos tornou-se muito importante, “pois visa oferecer o apoio educacional complementar necessário para que o aluno se desempenhe e permaneça na classe comum, com sucesso escolar”.

Sobre a função e a importância da sala de recursos, Arnal e Mori (2007) alertam para o fato de que elas só podem ser consideradas como instrumento de inclusão “[...] desde que consigam atender à diversidade, assegurando ao aluno a inclusão em situações de aprendizagem no ensino regular”.

Em 2015, a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, com a finalidade de “assegurar e promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, **visando à sua inclusão social e cidadania.**” (BRASIL, 2015) (Grifo Nosso). Em seu artigo 27, a Lei mencionada preceitua que

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

O excerto destaca a educação inclusiva como um direito em todos os níveis educacionais, ao longo de toda a vida, cuja finalidade é alcançar o desenvolvimento de todos os talentos e habilidades. Merece destaque a equiparação apresentada pelo normativo dos talentos e habilidades, para os quais depreende-se ser necessário empreender esforços pedagógicos equivalentes. Assim, a escola inclusiva não tem um papel estritamente relacionado ao desenvolvimento intelectual e individual dos estudantes, cumprindo também uma função social.

Destacando a função social da escola, Dubet et al. (1997) reafirmam tal função como fundamental, embora permeada por tensões e contradições. Para os autores há, ao mesmo tempo nesta função um processo de socialização e subjetivação,

Os atores se socializam através de diversas aprendizagens e se constituem como sujeitos na capacidade de controlar sua experiência, na capacidade de dominar sua experiência, tornando-se, assim, os atores de sua educação. Neste sentido, toda educação é uma auto educação e não somente uma inculcação, ela é também um trabalho sobre si mesmo (Dubet et al., 1997).

Para Bueno (2001), a função social da escola ganha uma nova conotação na atualidade, pois

Se, em determinados momentos históricos, a escola se constituiu no lócus privilegiado de acesso aos bens culturais produzidos e valorizados pela humanidade, já que outros espaços sociais e comunitários (como a “família” ou a “vizinhança”) contribuíam para a formação dos sujeitos, os processos de urbanização parecem ter confinado à escola, cada vez mais, a função de formação dos sujeitos, o que a transformou em espaço social privilegiado de convivência e em ponto de referência fundamental para a constituição das identidades de seus alunos.

É por meio da otimização da escola como esse espaço privilegiado de convivência, que se torna possível oportunizar o desenvolvimento dos estudantes em todos os aspectos, conforme preconiza a legislação que rege a educação inclusiva.

Entende-se, contudo, que a plena inclusão social dos estudantes requer das instituições e profissionais da educação esforços no sentido de dar cumprimento aos dispositivos legais, pois apesar de tais normativos estabelecerem o direito à educação inclusiva, a construção de um espaço educativo inclusivo é um processo lento, que se faz mediante conscientização e mudanças estruturais na cultura e na construção de uma nova postura pedagógica (Neve et al., 2019).

Nesse contexto, foram criados espaços que buscam atender e acolher ao estudante com deficiência e/ou necessidades específicas, assim como os estudantes que não possuem tais necessidades, tanto nas escolas estaduais e distritais e, o NAPNE, na rede federal de educação, ciência e tecnologia.

O NAPNE é um setor consultivo que responde pelas atividades de inclusão das pessoas com necessidades específicas no campus. A finalidade desse núcleo é promover a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais, de forma a promover a inclusão na educação profissional e tecnológica. A equipe é instituída por uma portaria da direção geral, sendo a coordenação, eleita, e os demais membros, voluntários. No IFB, o NAPNE foi estabelecido por meio da Resolução nº 24/2013, que regulamenta seu funcionamento e atribuições (BRASIL, 2013).

O mais recente normativo nacional instituído para a Educação Inclusiva no Brasil, foi o Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020, o qual institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Além da Educação Especial e Educação Inclusiva, já mencionadas na Política Nacional de Inclusão de 2008, ela regulamenta a educação bilíngue de surdos, e dentre as políticas, estabelece a política educacional equitativa, a inclusiva, e a de educação com aprendizado ao longo da vida. Ela também garante escolas e classes especializadas, escolas e classes bilíngues de surdos, escolas regulares inclusivas e planos de desenvolvimento individual e escolar (BRASIL, 2020).

As principais diferenças entre a Política de 2008 e esta, é que a de 2020 institui a educação e as classes bilíngues de surdos, como modalidades diferentes da educação especial, ao reconhecer a diferença linguística e cultural dos surdos, através do uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua de instrução. A nova Política foi alvo de inúmeros protestos e notas de repúdio das associações e instituições de pcds, educadores, especialistas e conselhos de direitos. Isso porque, foi considerada por estes grupos, como uma violação à Constituição Federal, à Convenção de Salamanca, à Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão e ao Plano Nacional de Educação (Lei 13.005, de 2014), uma vez que o Decreto oportuniza a família e ao educando o direito de escolher a alternativa educacional mais adequada às suas necessidades.

A polêmica centra-se na conquista do direito à educação de todos, com ou sem diferenças, na mesma escola, o que foi conquistado por lutas sociais. Dessa forma, a nova Política permite que voltemos atrás na separação entre os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, dos demais alunos.

Apesar das divergências e embates com este novo regulamento, ações bem sucedidas de inclusão tem marcado nossas escolas, mostrando que inclusão e acessibilidade são possíveis.

Nesta perspectiva, apresentamos a seguir o relato de uma experiência positiva entre alunos com e sem deficiência de um curso técnico profissionalizante, com alunos com deficiência atendidos em uma

sala de recursos de um centro de ensino médio na Região Administrativa do Paranoá/DF. Compreende-se que para que se possa proporcionar um ambiente escolar realmente inclusivo, é necessário desenvolver programas educativos adequados, um currículo que abarque as necessidades educacionais e que possa viabilizar aos estudantes cooperar e colaborar com seus pares e com suas diversas comunidades (Santos et al., 2016). É neste sentido e partindo de tais pressupostos que as atividades relatadas neste estudo se inserem, posto que para além de promover o acolhimento dos estudantes com e sem deficiência, propõe-se a promover de forma dinâmica e contextualizada a sua interação com o meio e com o outro, viabilizando assim, a sua inclusão social.

## **METODOLOGIA E ANÁLISE DE RESULTADOS**

Dado que a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (Minayo, 2001), e que cada pesquisa, dependendo do tema e do problema de estudo, segue um caminho específico (Zanella, 2011) este trabalho teve como abordagem a pesquisa qualitativa, uma vez que não se preocupa com a representatividade numérica e sim com o aprofundamento de um grupo social, que neste caso é um projeto de extensão desenvolvido por discentes de um curso técnico e que teve como público alvo estudantes com e sem deficiência de duas instituições de ensino e comunidade externa às escolas.

Para a coleta dos dados, utilizou-se da observação participante da professora coordenadora do projeto, mediante envolvimento e identificação da pesquisadora com as pessoas investigadas.

Trata-se de um relato de experiência vinculado ao projeto de extensão "Celeiro de Projetos IFB", desenvolvido por uma docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), 4 estudantes bolsistas do curso técnico em Eventos e uma estudante voluntária do curso tecnólogo em Eventos do IFB. Teve também a participação de 15 estudantes atendidos pela sala de recursos multifuncionais do CEM 01 Paranoá, 3 professoras responsáveis por esse espaço, 7 servidores do IFB, sendo 3 professores do ensino básico, técnico e tecnológico de diferentes cursos, 1 psicóloga, 2 pedagogas e 1 assistente de alunos e ainda 4 estudantes atendidos pelo Napne, campus Brasília e 11 pessoas da comunidade externa, que frequentaram ou auxiliaram as atividades, totalizando 46 participantes.

Foram 15 encontros semanais, que ocorreram alternadamente entre as instituições entre os meses de agosto a dezembro de 2016. O deslocamento foi feito através de transporte do IFB campus Brasília, tanto no sentido IFB - CEM 01 como CEM 01 - IFB. O projeto foi aprovado pelo edital nº 019/RIFB-PIPA 2016 e contou com R\$ 3.116, 73 para compra de material de consumo como tintas, telas, tecido, aventais, pincéis, EVA, panos de prato e confecção de banner e camisetas para identificação da equipe.

A motivação para criação dessa iniciativa, foi a convivência da docente em sala de aula e através do NAPNE, campus Brasília, com 3 estudantes do curso técnico subsequente em Eventos, que cursaram

o ensino médio no CEM 01 Paranoá e compartilhavam as atividades desenvolvidas na sala de recursos. Ciente dos pilares da educação profissional e tecnológica: ensino, pesquisa e extensão e da importância da socialização para o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiência, a docente estruturou a proposta, entrou em contato com os responsáveis pela escola do Paranoá e em busca de financiamento para a aquisição de materiais para as oficinas de artesanato, submeteu o projeto a um dos editais do IFB.

Foram selecionados 4 alunos bolsistas que tinham como responsabilidade idealizar, planejar e conduzir as oficinas. Os critérios de escolha foram comprometimento e sociabilidade em sala de aula, conhecimento sobre atividades manuais e entendimento sobre a importância das pessoas com deficiência ou com necessidades específicas na sociedade. Semanalmente a docente se reunia com a equipe a fim de avaliar a última atividade e organizar a próxima. Foi feito um cronograma de atividades dividido em 4 etapas. A primeira delas foi a visita ao CEM 01 do Paranoá para conhecer a escola, a sala de recursos e os alunos atendidos nela, bem como identificar suas potencialidades e necessidades específicas em relação à sociabilidade e motricidade e por último, foi feito a explicação e convite para participação no projeto.

A segunda etapa foi a visita dos alunos do CEM 01 ao IFB para conhecer o campus Brasília através do “IFB tour”. A visita foi mediada por um dos alunos atendidos pelo NAPNE e que havia estudado no CEM 01. Os visitantes tiveram a oportunidade de explorar espaços frequentados por alunos matriculados, como biblioteca, coordenação pedagógica, sala do NAPNE, registro acadêmico e coordenação de assistência estudantil. Em todos esses espaços, foram recebidos pelos responsáveis dos setores, que saudaram e explicaram sobre o funcionamento de seus departamentos. Foi feito também o reconhecimento das vias de acesso ao IFB, como linhas e paradas de ônibus. O objetivo dessa ação foi divulgar o IFB e mostrar que a instituição tem se preparado, ao menos minimamente, para receber pessoas com deficiência e caso viessem a estudar no campus, estariam familiarizados com os locais visitados.

A terceira etapa constituiu-se de 10 oficinas de artesanato e 2 exposições das peças nelas produzidas. As oficinas contemplaram confecção de pulseiras e colares com miçangas, pintura de telas, caixas decorativas e pano de prato, decupagem em caixas de madeira, produção de carteiras com caixa de leite e tecido, capas de caderno com EVA e fabricação de porta lápis com reutilização de latas de achocolatados e leite em pó. Durante esta etapa, houve duas exposições dos itens feitos, como na comemoração do CEM 01 realizada na própria escola e no evento de âmbito nacional, CONECTA IF, organizado anualmente pelo IFB e que reúne várias unidades da rede federal de educação profissional e tecnológica do Brasil. A Figura 1 representa a mostra dos utensílios confeccionados neste evento.



**Figura 1.** Mostra do Projeto Celeiro de Projetos no CONECTA IF. Fonte: As autoras.

A figura abaixo (Figura 2) traz a execução da oficina de carteiras feitas com produtos recicláveis, como caixas de leite. Esta oficina, assim como todas as demais, foi sugerida, organizada e ministrada por alunos bolsistas do Projeto e que cursaram o curso técnico em eventos no IFB.



**Figura 2.** Oficina de carteiras com caixas de leite. Fonte: As autoras.

A Figura 3, a seguir, mostra a de pintura de caixas decorativas, feitas em uma das oficinas.



**Figura 3.** Oficina de pintura de caixas decorativas. Fonte: As autoras.

Na etapa de execução das oficinas, constatou-se dificuldades no manuseio de alguns itens como cola quente, tesoura, miçangas e fio de nylon por causa da necessidade de visão e coordenação motora fina aguçada, o que não foi possível para os estudantes com baixa visão e comprometimento motor. Como solução, o material a ser utilizado foi previamente cortado e os integrantes montavam as peças. Outra alternativa encontrada foi a consulta ao grupo atendido sobre sugestões de oficinas que poderiam ser por eles ministradas. Para esta medida levou-se em consideração a ênfase nas potencialidades dos alunos atendidos na sala de recursos, os quais passaram a coordenar sob a supervisão das professoras responsáveis pela confecção de suas ideias.

Observou-se o desenvolvimento de talentos, pois os ministrantes se sentiam importantes, o que favoreceu a autoestima dos estudantes.

A quarta e última etapa contemplou uma tarde de jogos de tabuleiro no IFB com encerramento do projeto, leitura de poemas autorais por um dos alunos atendidos no NAPNE e que havia sido aluno do CEM 01. Destaca-se que em todos os encontros, houve lanche coletivo, organizado pela equipe de cada escola, levando em consideração as restrições e preferências alimentares de todo o grupo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Inclusiva no Brasil vem se ampliando e fortalecendo conceitual e normativamente, com vistas ao atendimento da demanda de pcds ou com necessidades específicas à escolarização e profissionalização. A partir da década de 1990, em consequência das Declarações de Jomtien e Salamanca, inúmeros normativos foram promulgados em âmbito nacional tais como a Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, e, mais recentemente, o Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020.

As instituições de ensino têm se preparado para se adequar a essa nova realidade, em especial por meio da implantação dos recursos necessários ao melhor desenvolvimento da educação inclusiva, com as salas de recursos multifuncionais e os NAPNEs. Estes espaços contribuem para o desenvolvimento dos estudantes em sua plenitude, inclusive colaborando para o desenvolvimento das competências e habilidades sociais, o que se configura como uma das funções da escola.

Nessa perspectiva, o projeto de extensão “Celeiro de Projetos IFB” desenvolvido em parceria com o NAPNE, do IFB, campus Brasília e a sala de recursos do CEM 01 Paranoá constitui-se como uma iniciativa em prol da inclusão dos estudantes atendidos em ambos espaços escolares, favorecendo a socialização dos participantes com e sem deficiência e a troca de conhecimentos entre os discentes das duas escolas, além de promover a qualificação profissional através de oficinas de artesanato.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arnal L de SP et al. (2007). Educação escolar inclusiva: a prática pedagógica nas salas de recursos. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/242.pdf>. Acesso: 08 mar. 2020.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 06 mar. 2020
- BRASIL. Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/936694859/decreto-10502-20>. Acesso em 15 jul. 2021.
- BRASIL. Resolução n.º 024-2013/CS-IFB. Regulamenta o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE. Disponível em: <[https://www.ifb.edu.br/attachments/5694\\_024\\_Regulamento%20Napne.pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/5694_024_Regulamento%20Napne.pdf)> Acesso em 06 mar. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Manual de Orientação do Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais Brasília, DF: MEC; Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=9936&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9936&Itemid=>)>. Acesso em: 08 mar. 2020.

- BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica nº 11/2010. Orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais implantadas nas escolas de ensino regular. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9937-nota-tecnica-11-2010&category\\_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9937-nota-tecnica-11-2010&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 06 mar. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em 08 mar. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011: Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11)> Acesso em 06 mar. 2020.
- Bueno JGS (2001). Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. *Educar*, (17): 101-110. Editora da UFPR.
- Dubet F et al. (1997). A socialização e a formação escolar. *Lua Nova*, (40-41): 241-266.
- Minayo MCS (org.) (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.
- Moretti IG et al. (2009). A Sala de recursos como atendimento educacional especializado para a 'inclusão' de alunos com deficiência mental em classes comuns. In: V Congresso Multidisciplinar de Educação Especial, Londrina. *Anais...* Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- Neves LR et al. (2019). Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. *Educ. Real.*, Porto Alegre, 44(1): 1.
- Santos DA do N e al. (2016). Formação para a educação inclusiva e especial. *Journal of Research in Special Educational Needs*.
- Tezani TC (2008). Um olhar histórico sobre o processo de Construção do Sistema Educacional Inclusivo. *Revista de Educação*, (XI): 11.
- UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: Espanha, 1994. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>> Acesso em 06 mar. 2020
- UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO: Jomtien, 1990. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por)> Acesso em 06 mar. 2020
- Zanella LCH (2011). *Metodologia de pesquisa*. 2 ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.

**ÍNDICE REMISSIVO**

**A**

acessibilidade, 4, 42, 46

**C**

conhecimento, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15,  
16, 17, 19, 21, 23, 27, 32, 33, 34, 35, 37, 38,  
41, 48

**D**

Diretrizes de Bases da Educação Nacional, 22,  
28

**E**

educação, 4, 8, 14, 18, 20, 21, 22, 23, 28, 30, 31,  
33, 34, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48,  
51, 52

**G**

Gamificação, 33, 34, 41

**I**

ideologia, 16  
inclusão, 4, 37, 39, 42, 44, 45, 46, 47, 51, 52  
investigação, 7, 8, 10, 17, 32

**L**

Língua de Aquisição, 19

**M**

método, 4, 6, 7, 9, 11, 12, 15, 16, 17, 31, 34, 35,  
41, 52  
Metodologias Ativas, 33, 40  
monolíngues, 23

**P**

processo ensino-aprendizagem, 30, 32, 33, 36,  
37, 38, 39

**S**

segunda língua, 4, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29

**T**

Tecnologia da Informação e Comunicação, 31,  
33

**V**

variantes linguísticas, 21

## SOBRE O ORGANIZADOR

  **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul. Contato: [lucasrodrigues\\_oliveira@hotmail.com](mailto:lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com).



**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

